



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 3/2022

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão extraordinária transmitida ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Encontro com Presidentes das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

- Intervenção Presidente da Escola de Direito
- Intervenção Presidente da Escola de Psicologia
- Intervenção Presidente do Instituto de Educação

Debate

- Intervenção Presidente da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas
- Intervenção Presidente do Instituto de Ciências Sociais
- Intervenção Presidente da Escola de Economia e Gestão

Debate

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, Ana Margarida Silva Gonçalves, André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira, António Carlos Fernandes Rodrigues, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Manuel Cardoso Rosas, Luís António Martins Santos, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva, Rui Jorge Machado Oliveira e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participaram por videoconferência o(a)s Conselheiro(a)s Ángel Maria Carracedo Álvarez, Joaquim Agostinho Castro de Freitas e Marta Alexandra Teixeira Mestre. Justificou a ausência o Conselheiro Ricardo Duarte Faria Lopes. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

Previamente à ordem do dia, foi investida no cargo de Provedora do Estudante, para o mandato 2021/2023, a Professora Doutora Rosa Maria Castro Fernandes Vasconcelos, Professora Associada da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

1. Encontro com Presidentes das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

A Presidente recordou que esta sessão plenária dava continuidade à concretização da ação inscrita no Plano de Atividades do Conselho Geral relativa à auscultação das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI), e agradeceu a presença do(a)s Presidentes das Escolas de Direito; Economia e Gestão; Letras, Artes e Ciências Humanas e Psicologia e dos Instituto de Educação e de Ciências Sociais.

Foi conferida a palavra à Presidente da Escola de Direito, Professora Cristina Dias, que procedeu à caracterização da Escola em termos da sua oferta educativa, dos projetos de investigação em curso, dos recursos humanos e infraestruturas existentes, bem como dos protocolos celebrados entre a Escola e a sociedade civil, no âmbito das atividades de interação com a sociedade. No que respeita às dificuldades e desafios com os quais a Escola se defronta no exercício da sua atividade, destacou os constrangimentos sentidos na execução efetiva da verba que lhe é atribuída anualmente e a morosidade dos procedimentos, considerando fundamental que as UOEI tenham previsibilidade quanto às suas despesas, de modo a conseguirem fazer um planeamento adequado e atempado das mesmas. Salientou também a complexidade e os atrasos consideráveis que se registam na execução de projetos de investigação, designadamente no que respeita à contratação de bolsiros de investigação e técnicos superiores. No âmbito das atividades de ensino, deu conhecimento da existência da falta de controlo central da gestão académica e das salas existentes nos complexos da Escola, o que conduz a graves constrangimentos no funcionamento dos cursos, em particular no que à realização das provas académicas diz respeito. Sob o ponto de vista dos recursos humanos, chamou a atenção para a urgência de se proceder a uma renovação geracional do corpo docente e ao reforço dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão (TTAG) e, ao nível dos procedimentos administrativos, considerou ser necessário conferir uma maior autonomia às UOEI para que o funcionamento destas seja mais eficiente. Por último, fez menção aos problemas de manutenção do edificado da Escola, com particular destaque para a infiltração no chão que obrigará a uma intervenção profunda e de valores elevados.

Seguiu-se a intervenção do Presidente da Escola de Psicologia, Professor Mário Miguel Gonçalves, que transmitiu ao Conselho informação sobre as principais vertentes da atuação da Escola – ensino, investigação e interação com a sociedade. Deu a conhecer a oferta formativa ao nível do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, salientando o facto de a Escola de Psicologia ser a única UOEI da Universidade na qual o número de investigadores (31) é superior ao dos docentes (28), sendo que 95% dos investigadores colaboram nas atividades de ensino. Expôs de seguida as principais áreas de atuação do Centro de Investigação em Psicologia e, no que respeita à interação com a sociedade, elencou as diversas valências do Laboratório Colaborativo *ProChild* e da Associação de Psicologia da UMinho. Sobre as dificuldades sentidas na Escola, considerou importante melhorar a articulação entre as UOEI e os serviços centrais, na medida em que, por vezes, são tomadas decisões pelos serviços com impacto significativo na sua atividade das UOEI sem que estas lhes sejam comunicadas atempadamente. Chamou a atenção para a dificuldade em obter informação em tempo real sobre a receita e

a despesa da Escola, o que conduz a uma gestão pouco eficiente dos recursos financeiros. Ainda no âmbito da gestão financeira, entendeu que o financiamento do centro de investigação é excessivamente dependente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o que causa vários constrangimentos face aos problemas de tesouraria da Universidade, e considerou importante a criação de um gabinete de apoio a projetos europeus, com vista a facilitar a expansão do financiamento dos centros de investigação. Mostrou preocupação com o fim da norma transitória, que na Escola de Psicologia se traduzirá na perda potencial de 16 investigadores até 2025, número elevado numa Escola em que o corpo de investigadores é muito significativo. Assinalou também os constrangimentos existentes ao nível dos espaços físicos e dos equipamentos, quer para os projetos de ensino, quer para os de investigação, que condicionarão o aumento do número de estudantes e a expansão futura da Escola, bem como o défice ao nível dos recursos humanos – docentes e TTAG, que espera vir a ser resolvido com a execução do contrato-programa celebrado com a Reitoria.

O Professor Leandro Almeida, deu a conhecer a organização interna do Instituto de Educação a que preside, a oferta educativa nele ministrada, os projetos de investigação desenvolvidos nos dois centros de investigação afetos ao Instituto, bem como as atividades de internacionalização e de interação com a sociedade. Fez referência a alguns dos constrangimentos com os quais o Instituto se debate, com particular incidência para o envelhecimento do corpo docente, decorrente do número acentuado de aposentações que não é compensado pelas adequadas contratações, situação que a curto prazo poderá comprometer a lecionação de algumas áreas de conhecimento. Elencou de seguida alguns dos desafios que se impõem ao Instituto de Educação nos próximos anos, designadamente, o aumento das candidaturas e a diversificação das instituições de financiamento de projetos I&D; a captação de estudantes de doutoramento junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); o reforço da prestação de serviços especializados na comunidade e o envolvimento dos colaboradores não-docentes na prestação de serviços à comunidade. Ao nível da atividade de ensino, salientou a necessidade de dinamizar programas de apoio à adaptação e sucesso dos estudantes do 1.º ano das licenciaturas e promover a formação contínua e a inovação pedagógica do corpo docente. No campo da investigação, considerou que o Instituto deverá ter um maior envolvimento em candidaturas a projetos europeus e reforçar o impacto social da investigação realizada pelos dois centros, através da divulgação de resultados e contributos para políticas públicas. No âmbito da interação com a sociedade, referiu que estratégia a adotar passará pela prospeção das necessidades de formação e consultadoria na comunidade; pela criação de novos cursos breves não conferentes de grau creditados e pela diversificação da oferta de formação contínua para novos públicos. No que respeita à internacionalização, informou que os principais objetivos são o aumento dos doutoramentos em regime de cotutela e menção europeia, assim como em associação com outras instituições; a estruturação da oferta de ensino na língua inglesa e uma maior agilidade na resposta às solicitações dos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Terminado o primeiro bloco de apresentações, o Conselho agradeceu aos Presidentes as informações transmitidas e houve lugar a um período de debate.

Abriu o debate o Conselheiro Nuno Cerca, referindo que das apresentações realizadas foi possível verificar que, relativamente à investigação, as UOEI têm dimensões e atitudes distintas, salientando o facto de a Escola de Psicologia ser a única na Universidade que possui mais investigadores do que docentes, e questionou os problemas que essa especificidade traz, em particular com o fim da norma transitória. Fez referência aos encontros informais entre investigadores nos quais é possível constatar alguma desmotivação pelo facto de em algumas UOEI não lhe ser dada a possibilidade de lecionação de aulas. Disse perceber a necessidade de as UOEI negociarem a contratação de docentes, mas considerou haver uma falta de visão ao ignorar o potencial dos jovens investigadores doutorados no que à lecionação de aulas diz respeito.

O Conselheiro António Rodrigues considerou existirem alguns problemas de fundo transversais às diferentes UOEI, referindo-se em particular à metodologia anualizada da elaboração do orçamento, por entender que isso conduz a uma ausência de mecanismos de incentivo à poupança e ao investimento. Ainda neste âmbito, recordou que a execução dos projetos não é, na maioria dos casos, concretizada no período de um ano, sendo necessário proceder a cativações para investimentos a realizar em anos seguintes, o mesmo acontecendo com as cativação e provisões para permitir investimento futuro no edificado, equipamento, investigação e formação dos docentes. Considerou essencial que a Universidade pondere a rentabilização do calendário da atividade letiva, apostando ainda mais em pós-graduações que vão de encontro às necessidades reais das empresas dos vários sectores de atividade, podendo daí advir uma forma de remuneração variável para os próprios docentes, e criar mais receita própria à Universidade. Relativamente às dificuldades referidas pelas UOEI no que respeita aos espaços físicos, chamou a atenção para a oportunidade que a era digital traz a este nível, devendo ser tirado o proveito das ferramentas disponíveis para fazer uma adequada e sustentável gestão dos mesmos. Por último, enalteceu as atividades levadas a cabo pela Universidade com vista a possibilitar aos estudantes da CPLP diversas oportunidades de formação.

O Conselheiro André Teixeira assinalou algumas das dificuldades transversais às diferentes UOEI, em particular a necessidade de renovação do corpo docente e a excessiva dependência em muitas Escolas/Institutos, com exceção da Escola de Psicologia, da figura do Professor Convidado para dar resposta à sua atividade letiva, considerando que a Universidade deveria privilegiar a contratação de docentes de carreira. No que respeita à gestão dos espaços, chamou a atenção para o facto de, na maioria das UOEI, estes serem diminutos face ao respetivo número de estudantes, e questionou como poderá ser realizada esta gestão de forma mais eficiente. Ao nível da internacionalização, solicitou aos presidentes para se pronunciarem sobre avaliação que fazem da atividade de internacionalização da Universidade e da sua integração com as UOEI. Recordou que em breve decorrerá uma revisão estatutária e solicitou a indicação das principais alterações que gostariam de ver introduzidas nos Estatutos da Universidade, sobretudo no que à orgânica e autonomia das UOEI diz respeito.

Por último, entendeu que nas apresentações realizadas foi feita uma referência muito diminuta à intervenção estudantil na atividade das UOEI, e pediu esclarecimentos sobre as ações que poderão ser levadas a cabo pelas UOEI de modo a apoiar adequadamente as iniciativas estudantis, incluindo o financiamento das mesmas, por forma a garantir que a atividade dos estudantes esteja mais intrinsecamente ligada aquilo que é o quotidiano das UOEI.

A Professora Cristina Dias, referiu que, no caso concreto da Escola de Direito, tem havido nos últimos anos uma interação direta com a Reitoria, a qual tem permitido, progressivamente, a contratação de alguns docentes com vista a dar resposta aos projetos de ensino em curso. Contudo, afirmou que enquanto não é conseguido o número suficiente de docentes de carreira, é necessário recorrer à contratação de docentes convidados que, para além de substituírem os docentes de carreira, são também convidados enquanto especialistas em determinadas áreas de conhecimento. Disse preocupá-la verdadeiramente a gestão dos espaços, apoiando a sugestão do Conselheiro António Rodrigues no que respeita ao recurso a tecnologias adequadas que permitam uma melhor gestão dos mesmos. Sobre os estudantes internacionais, referiu que o apoio que lhes é dado pela Escola não é suficiente, considerando necessária a existência de uma estrutura central que permita dar resposta a questões, como por exemplo, o alojamento e a concessão do visto de residência. Afirmou que a Presidência da Escola apoia, dentro das suas possibilidades, todas as associações de estudantes de Direito, quer ao nível dos espaços, bem como ao nível financeiro e, relativamente aos investigadores, referiu que estão em curso concursos com vista a aumentar o corpo de investigadores da Escola. Concluiu a intervenção informando que a Escola de Direito tem vindo a auscultar as necessidades da sociedade jurídica, com o objetivo de aumentar a oferta de pós-graduações e cursos breves.

O Professor Miguel Gonçalves referiu que a Escola de Psicologia dá liberdade de escolha aos investigadores para lecionarem ou não temáticas que são do seu domínio de especialidade, muito embora a colaboração destes na atividade letiva não resolva o problema da contratação de docentes de carreira, e esclareceu que a não contratação de docentes convidados é uma escolha estratégica da Escola por forma a rejuvenescer o corpo docente. Considerou que muitos dos constrangimentos existentes poderiam ser facilmente ultrapassados com pequenos gestos institucionais, designadamente, através de uma maior proximidade dos serviços com as UOEI e a adoção de uma estratégia de comunicação mais adequada. Sob o ponto de vista financeiro, mostrou preocupação pelo facto de Escola de Psicologia, apesar de conseguir realizar verbas próprias, não poder posteriormente executá-las de acordo com as suas necessidades imediatas. Afirmou que a Escola tem poucos espaços para a diversidade de atividades, sendo necessárias soluções mais definitivas e, no que respeita às atividades estudantis, referiu que a Escola tem uma atitude de completa colaboração com os estudantes de Psicologia.

Ao nível da investigação, o Professor Leandro da Silva Almeida transmitiu ao Conselho que o Instituto de Educação tem como principal objetivo alavancar a produção científica dos seus dois centros de investigação,

com a passagem de 6 investigadores para 10, havendo desde já a preocupação de criar condições para eles possam optar também pela via da docência, para efeitos de rejuvenescimento do corpo docente. Informou que, contrariamente ao que acontece na Escola de Psicologia, o Instituto privilegia a colaborações de docentes convidados, na medida em que por vezes as contingências externas obrigam à reformulação dos projetos de ensino, com introdução de áreas muito especializadas. No que respeita ao incentivo à poupança, informou que o Instituto tem vindo a proceder a uma racionalização de recursos com esse objetivo, sem nunca descurar o apoio aos núcleos de estudantes no desenvolvimento das suas atividades. Sobre a revisão dos Estatutos da Universidade, considerou essencial que eles venham a conferir mais autonomia às UOEI, maior agilização na transmissão da informação e na tramitação dos processos, aliados a um maior sentido de responsabilidade, cooperação e parceria.

A Presidente abriu o período para mais um conjunto de três questões, com a intervenção inicial da Conselheira Ana Margarida Gonçalves que chamou a atenção para a necessidade de existirem alertas na instrução dos processos académicos, de modo a que se perceba o porquê da sua paragem e permitir aos estudantes procurar informação junto dos serviços centrais. Considerou importante a criação de uma estrutura de apoio às candidaturas a projetos ao nível europeu, através da criação de um gabinete específico para esse efeito e, relativamente ao valor e à formação dos docentes e investigadores, questionou a sensibilidade dos presidentes das UOEI para que a avaliação realizada pelos estudantes sobre o desempenho dos docentes seja também aplicada ao desempenho dos orientadores de teses.

No âmbito da celebração dos contrato-programa como estratégia da Reitoria para agilização da gestão das UOEI, o Conselheiro Paulo Sampaio dirigiu-se ao Presidente da Escola de Psicologia para lhe pedir uma avaliação da concretização do mesmo até ao momento, e perguntou aos outros dois presidentes se encaram essa opção como uma vantagem para as UOEI que dirigem.

Das apresentações realizadas, o Conselheiro Tiago Miranda salientou os desafios por ele considerados como mais prementes e que levantam maiores dificuldades à atividade das UOEI, designadamente, as questões relacionadas com as restrições financeiras e com a execução orçamental; os constrangimentos internos sentidos ao nível da tramitação processual; a necessidade da existência de uma comunicação mais eficiente entre as UOEI e os diferentes órgãos da Universidade e a urgência na adoção de medidas que permitam mitigar o envelhecimento do corpo docente e dos TTAG. Realçou também os problemas de tesouraria com que a Universidade se confronta, face à excessiva dependência do financiamento da FCT e aos atrasos significativos no pagamento dos reembolsos por parte desta entidade, considerando que no futuro deverá existir um maior incentivo ao concurso a projetos internacionais, dada a vantagem de estes apresentarem adiamentos com valores significativos. Questionou os presidentes sobre o grau de execução dos orçamentos que lhes foram atribuídos no ano de 2021, comparativamente com as restrições orçamentais impostas no primeiro trimestre de 2022. Sem embargo do Conselho ouvir as pessoas que trabalham nas UOEI, exercício importante e previsto

no Plano de Atividades do Conselho, questionou qual a perceção sobre o grau de motivação atual dos recursos humanos que nelas trabalham e, face à afirmação do Professor Miguel de que o contrato-programa poderá ser uma via de resolução de alguns dos problemas, solicitou informação sobre os valores nele envolvidos.

A Conselheira Cláudia Pascoal chamou a atenção para a heterogeneidade das realidades de cada uma das UOEI, com particular atenção para o facto de nelas existir um corpo docente e técnico bastante envelhecido, sendo que, no caso dos docentes, a situação não poderá ser só colmatada com o recurso à colaboração dos investigadores, dado que, em algumas das UOEI, são os próprios investigadores que não se disponibilizam para colaborar na atividade letiva. No seu entender o desejável seria a existência de uma flexibilização da carreira de docente e de investigador, em que a percentagem de cada atividade pudesse ser variável. Subscreeveu as intervenções anteriores no que respeita à questão orçamentar, solicitando sugestões que possibilitem a cativação de verbas em anos sucessivos, sem que haja perda das mesmas para as UOEI. Ainda no âmbito da gestão orçamental, apesar do funcionamento atual em regime de duodécimos, entendeu que pelo menos um orçamento idêntico ao do ano anterior deveria ser disponibilizado a todas as UOEI e deveria ser dada informação precisa sobre a viabilidade ou não da recuperação do IVA das despesas dos projetos.

O Professor Luís Santos dirigiu-se ao Professor Miguel Gonçalves, questionando se no seu entendimento seria útil divulgar às UOEI, bem como à Comunidade Académica em geral, os contratos-programa celebrados pelas Escolas de Psicologia e de Medicina com a Reitoria, bem como os seus anexos.

O Conselheiro Victor Soares referiu que está hoje generalizada a ideia de que o atual estado motivacional dos TTAG da Universidade, bem como o seu alinhamento e grau de compromisso com as grandes opções institucionais em matéria de gestão dos recursos humanos, ficam muito aquém do que seria desejável. Disse ser também possível constatar que a implementação da revisão do novo Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços não tem correspondido às expectativas associadas à mesma, designadamente no que respeita a uma maior eficácia e eficiência dos serviços prestados por essas unidades e a uma mais próxima e mais célere articulação com as UOEI. Face a esta situação, questionou os presidentes presentes se, de algum modo, pressentem na atividade diária das suas unidades a existência de baixos níveis motivacionais nos seus trabalhadores e o excessivo peso burocrático que marca a interação entre as unidades de serviços e as UOEI. Solicitou ainda, em linhas gerais, a indicação de medidas que pensam ser possível propor e concretizar, no sentido do incremento dos níveis motivacionais e de uma interação mais eficaz, eficiente e mais próxima entre as unidades de serviços e as UOEI.

O Professor Leandro Almeida referiu que no Instituto de Educação os cursos de pós-graduação têm um peso muito significativo e que é dada muita atenção à orientação dos mestrandos e dos doutorandos, sendo que, ao nível do 3.º ciclo, o relatório anual de progresso que os doutorandos têm de apresentar anualmente é alvo de uma análise cuidada por várias estruturas do Instituto. Considerou importante conhecer os termos dos contratos-programa, de modo a perceber como se poderá posicionar o Instituto face a algumas situações de

contingência externa. Ao nível da gestão orçamental, informou que o Instituto está a trabalhar no sentido de reduzir a discrepância entre as verbas captadas e a despesa realizada, o que tem vindo a ser conseguido por força de algumas aposentações que não são repostas e da racionalização das cargas letivas, dos serviços e dos equipamentos. Disse haver uma forte desmotivação no que respeita aos TTAG, face aos baixos salários e às condições precárias, e que a interação com os serviços centrais nem sempre ocorre com a fluidez desejada. Ao nível do corpo docente, assinalou o processo de promoção de carreira como sendo um motivo de tensão interna, face à existência de um número de vagas muito reduzido.

No que respeita ao contrato-programa celebrado entre a Escola de Psicologia e a Reitoria, o Professor Miguel Gonçalves afirmou que o tem disponibilizado a todos aqueles que o solicitam, numa atitude de total transparência. Informou que no contrato-programa não há verbas envolvidas e nele é apenas estabelecido o modo como a Escola poderá renovar o seu corpo docente, quais os compromissos e metas em termos de investigação, de ensino e de interação com a sociedade. Comunicou que a Escola declinou a possibilidade ter algum tipo de prémio financeiro, como por exemplo, redução de overheads, preferindo centrar o foco na renovação do corpo docente. Do seu ponto de vista, a principal vantagem do contrato-programa é a estabilidade que este confere à Escola, na medida em que permite a todos aqueles que a integram conhecer as áreas e os domínios em que ela irá evoluir. No que respeita à gestão orçamental, considerou que a situação vivida este ano é particularmente grave, dada a impossibilidade de a Escola dispor das verbas de acordo com as necessidades decorrentes da sua atividade. No seu entender, os serviços administrativos deveriam providenciar às UOEI informação clara e credível sobre a situação financeira, bem como sobre a tramitação processual, de modo permitir-lhes uma maior previsibilidade na gestão da sua atividade.

A Professora Cristina Dias disse partilhar as intervenções anteriores relativamente às várias questões colocadas e, no que respeita à reparação do chão da Escola de Direito, informou que este foi já arranjado em três ocasiões, mas que se trata de um problema estrutural, estando previsto para breve o início dos trabalhos com vista à sua substituição.

Findo o debate sobre o primeiro bloco de apresentações, seguiram-se as intervenções da Presidente da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Professora Isabel Ermida, à Presidente do Instituto de Ciências Sociais, Professora Helena Machado e à Presidente da Escola de Economia e Gestão, Professora Cláudia Simões.

A Professora Isabel Ermida deu a conhecer ao Conselho a oferta educativa da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas ao nível do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e a produção científica resultante dos Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, que promove investigação nas áreas de Literatura, Linguística, Cultura, Filosofia e Artes (Música e Teatro), e o Centro de Ética Política e Sociedade, especializado nos domínios da Teoria Política e da Ética Aplicada. Ao nível da interação com a sociedade, salientou a atividade desenvolvida pelo Centro de Línguas da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, "BabeliUM". No que respeita aos constrangimentos sentidos, referiu que a subdotação da Escola se repercute ao nível dos recursos

humanos – corpo docente e TTAG - e recursos materiais. Relativamente aos docentes, fez referência à contratação precária de 73 docentes convidados, em contratos que por vezes não atingem os 10% e noutros atingem os 95%, considerando que a política de contratação de convidados é excessiva e penalizadora, não só para os próprios docentes, mas também para a Escola, que não consegue fidelizar os seus melhores colaboradores nem robustecer a sua massa crítica. Ao nível dos recursos administrativos, salientou o número diminuto dos TTAG, 14 funcionários para dar apoio a cerca de 1500 alunos e 130 professores, e o facto de não haver substituição de funcionários aquando das licenças de maternidade, o que se traduz num acréscimo de tarefas aos trabalhadores no ativo. No que respeita às infraestruturas e edificado, recordou que a Escola exerce a sua atividade no edifício 5 do Campus Gualtar; no edifício dos Congregados, sito na Avenida Central e no edifício do Teatro Jordão e Garagem Avenida – localizados na cidade de Guimarães, sendo que os dois primeiros necessitam de obras de reabilitação profundas. Por último, chamou a atenção para o excesso de processos de avaliação a que os docentes são sujeitos, quer ao nível individual - atribuição de graus e títulos, questionários ao ensino ministrado e RAD-UM; bem como ao nível coletivo, com os processos de avaliação e acreditação dos cursos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Seguiu-se a intervenção da Professora Helena Machado que começou por caracterizar o Instituto de Ciências Sociais em termos de ensino graduado e pós-graduado, assim como dos recursos humanos, materiais e infraestruturas nele existentes. Deu a conhecer os projetos de investigação em curso nos quatro centros de investigação pertencentes ao Instituto e, ao nível da interação com a sociedade, destacou alguns dos eventos aberto à sociedade em geral e a promoção de vários cursos de curta duração, no âmbito da Aliança de Pós-Graduação. Para dar resposta às dificuldades com que o Instituto se debate no desenvolvimento da sua atividade, considerou necessária uma maior articulação entre serviços da reitoria/serviços especializados e as UOEI; uma redução da excessiva burocracia e carga administrativa com que diariamente as Escolas/Institutos se confrontam ao nível da tramitação processual, bem como a existência de regras claras e transparentes no que à imputação de recursos humanos às UOEI diz respeito. No campo da gestão financeira, referiu a falta de transmissão pelos serviços centrais de informação adequada e atempada, o que impossibilita o planeamento das despesas a realizar e conduz a uma execução orçamental dependente de apreciação casuística. Informou que a taxa de execução financeira do Instituto em 2020 ascendeu aos 90% e em 2021 ficou pelos 83%, e considerou necessária a existência de uma central de compras, dadas as dificuldades nos processos de contratação pública. Assinalou como principais desafios para o futuro uma maior conciliação entre vida privada e trabalho; a recuperação/manutenção do edificado; a integração de plataformas de apoio às UOEI; um plano de transição para a reforma articulada com política transparente, equitativa e justa de gestão de recursos humanos e a modernização do ensino e inovação pedagógica. Salientou, também, a mobilidade internacional *outgoing* de estudantes e docentes, os projetos de extensão universitária que ampliem a visibilidade e capacidade de intervenção do Instituto, assim como a criação de um observatório de emprego e trajetórias dos estudantes.

A finalizar o conjunto das apresentações, foi conferida a palavra à Professora Cláudia Simões que apresentou sumariamente a missão e as linhas gerais de atuação da Escola de Economia e Gestão, bem como a sua estrutura departamental. Elencou de seguida a oferta educativa, graduada e pós-graduada, a investigação desenvolvida no Centro de Investigação em Ciência Política e no Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais e, no que respeita à extensão universitária, deu a conhecer as parcerias estratégicas estabelecidas com diferentes instituições/agentes económicos. Relativamente às dificuldades e aos desafios impostos à Escola, referiu a não existência de regras claras para a utilização das verbas captadas pela Escola, o que conduz a uma dificuldade de planeamento da execução orçamental nas várias vertentes; a morosidade e a falta de clareza na instrução dos processos administrativos; a necessidade de manutenção do edifício e de ampliação do espaço físico da escola; a capacitação da Escola de recursos humanos em número adequado para dar resposta às solicitações dos estudantes e docentes e o desenvolvimento de plataformas informáticas específicas para a sua atividade.

Face ao avançado da hora, não foi realizado o debate referente às intervenções das Professoras Isabel Ermida, Helena Machado e Cláudia Simões.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu a todos as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 14h00, tendo sido lavrada a presente da ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 3/2022

1 de abril 2022

Sessão extraordinária

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana João Rodrigues
Ana Margarida Silva Gonçalves	Ana Gonçalves
André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira	André Soares
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Carlos Fernandes Rodrigues	António Rodrigues
Delfina Rosa Rocha Gomes	Delfina Gomes
Isabel Maria Costa Soares	Isabel Soares
Joana Rodrigues Arantes Silva	Joana Arantes Silva
João Manuel Cardoso Rosas	João Rosas
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	Participação por videoconferência
Luis António Martins Santos	Luis António Santos
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	Manuela Borges Soares
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	Maria Cláudia Pascoal
Maria Joana Raposo Marques Vidal	Maria Joana Vidal
Marta Alexandra Teixeira Mestre	Participação por videoconferência
Nuno Miguel Dias Cerca	Nuno Miguel Dias Cerca
Patricia Espinheira Sá Maciel	Patricia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	Paulo Sampaio
Ricardo Duarte Faria Lopes	Ricardo Lopes
Rui Jorge Machado Oliveira	Rui Jorge Machado Oliveira
Tiago Filipe Silva Miranda	Tiago Miranda
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	Tiago Henriques Silva
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares